



CONGRESSO NACIONAL
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

*PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA
PARA 2010*
(Projeto de Lei nº 46/2009-CN)

ÁREA TEMÁTICA IX
**AGRICULTURA E
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO**

RELATÓRIO APRESENTADO

Senador ALMEIDA LIMA (PMDB/SE)
Presidente da CMO

Deputado NÁRCIO RODRIGUES (PSDB/MG)
Relator Setorial

09/12/2009

SUMÁRIO

I – RELATÓRIO.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	3
2. ANÁLISE DA PROPOSTA PARA A ÁREA TEMÁTICA IX.....	4
2.1 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	4
2.1.1 AS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DO ÓRGÃO MAPA	8
2.1.1.1 Cresce o Orçamento da EMBRAPA.....	8
2.1.1.2 Mensagem Presidencial Reconhece a Importância da PGPM.....	10
2.1.1.3 O Orçamento do FUNCAFÉ Permanece o Mesmo	11
2.1.1.4 Programa de Trabalho da Administração Central do MAPA Passa por Ajustes.....	12
2.1.2 A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MAPA.....	13
2.2 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA.....	14
2.2.1 DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – MDA Administração Direta.....	15
2.2.2 DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - INCRA.....	17
2.3 MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	20
3. CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS APROVADOS E EM APRECIACÃO NO CONGRESSO.....	22
4. OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES.....	23
5. ANÁLISE DAS EMENDAS.....	23
5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	23
5.2 AJUSTES E ADEQUAÇÕES NAS EMENDAS	23
5.3 ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE.....	24
5.4 PADRÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS MÉDIOS	24
5.5 ANÁLISE DE MÉRITO DAS EMENDAS.....	24
5.6 FONTES DE RECURSOS	25
5.6.1 RECURSOS PARA AS EMENDAS INDIVIDUAIS	25
5.6.2 RECURSOS PARA AS EMENDAS COLETIVAS	25
6. PARECER ÀS EMENDAS	26
6.1 PARECER EM RELAÇÃO ÀS EMENDAS INDIVIDUAIS	26
6.2 PARECER EM RELAÇÃO ÀS EMENDAS COLETIVAS	26
7. RECOMENDAÇÕES À RELATORIA GERAL.....	26
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
II - VOTO DO RELATOR	28

RELATÓRIO Nº , DE 2009

Da Relatoria da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário, sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2010 – PLOA 2010, constante do PL nº 46, de 2009-CN, encaminhado por intermédio da Mensagem Presidencial nº 113, de 2009-CN (nº 686, de 2009, na origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010, na parte referente aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Pesca e Aqüicultura (MPA), seus órgãos, entidades e fundos.

RELATOR SETORIAL: **Deputado NARCIO RODRIGUES**

I – RELATÓRIO

1. INTRODUÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições previstas nos arts. 84, inciso XXIII, e 165, inciso I, da Constituição Federal – CF/88, combinados com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, enviou à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem Presidencial nº 113, de 2009-CN (nº 686, de 2009, na origem), o Projeto de Lei nº 46, de 2009-CN (PLOA 2010), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010”. Esse Projeto de Lei compreende o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

No âmbito do Poder Legislativo, cabe à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO examinar e emitir parecer sobre o Projeto, de acordo com o art. 166, § 1º, inciso I, da CF/88.

Por designação de seu Presidente, na forma do art. 15 da Resolução nº 1, de 2006-CN, recebemos a honrosa missão de examinar e relatar as peças orçamentárias concernentes à Área Temática IX: “Agricultura e Desenvolvimento Agrário”, do referido Projeto de Lei. Esta Área contempla as matérias relativas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério da Pesca e Aqüicultura, seus órgãos, entidades e fundos.

Como se pode observar no Anexo à Resolução nº 1/2006-CN, a Unidade Orçamentária 20124 - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República foi substituída pelo Órgão 58000 – Ministério da Pesca e Aqüicultura. Este Órgão passou a integrar a Área Temática IX uma vez que a totalidade de suas ações finalísticas é classificada na “Função 20 – Agricultura”.

2. ANÁLISE DA PROPOSTA PARA A ÁREA TEMÁTICA IX

O montante programado para a Área Temática IX totaliza R\$ 12,85 bilhões, sendo R\$ 11,4 bilhões do Orçamento Fiscal, R\$ 1,4 bilhões do Orçamento da Seguridade Social e R\$ 5,5 milhões do Orçamento de Investimento das Estatais.

Além da “Previdência Social” e dos “Encargos Especiais”, a “Agricultura” e a “Organização Agrária” se constituem nas principais funções desta Área Temática

ÁREA TEMÁTICA IX DESPESAS POR FUNÇÃO PLOA 2010

		R\$ bilhões
Função		Valor
09	Previdência Social	1,3
20	Agricultura	7,2
21	Organização Agrária	3,8
28	Encargos Especiais	0,5
Total		12,8

Fonte: SIAFI/MF. Elaboração COFF/CD

No PLOA 2010 esse valor (R\$ 12,8 bilhões) tem a seguinte distribuição entre os órgãos que compõem esta Área Temática:

ÁREA TEMÁTICA IX DESPESAS POR ÓRGÃO

ÓRGÃO	R\$ milhões	
	PLOA 2009	PLOA 2010
22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	7.059	7.813
49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário	4.608	4.556
58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura	372	484
TOTAL	12.039	12.853

Fonte: PLOA 2009 e PLOA 2010

Os detalhes da programação desses três órgãos serão analisados a seguir.

2.1 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

O Bom Desempenho do Agronegócio

A Mensagem Presidencial nº 113, de 2009, ressalta o excelente desempenho do agronegócio brasileiro. Destaca seu crescimento, sua contribuição à balança comercial e à geração de emprego no campo: “O agronegócio é responsável por mais de um terço das exportações brasileiras e emprega, atualmente, cerca de 18 milhões de trabalhadores somente no campo. O superávit do agronegócio em 2008 atingiu quase US\$ 60 bilhões.” Com esse sucinto diagnóstico, nossa expectativa é de encontrar, no Projeto apresentado, um Programa de Trabalho que revele políticas públicas compatíveis com esse quadro e que, além disso, permita ao setor enfrentar novos desafios, como, por exemplo, o

apresentado pelas novas oportunidades na área dos biocombustíveis, de redução das emissões de CO2 e de continuidade ao programa de combate à fome.

O Orçamento do MAPA Para 2010

A despesa orçamentária total proposta para o Órgão MAPA em 2010 é de R\$ 7,8 bilhões. Esses créditos abrangem todas as Unidades Orçamentárias e os Fundos que compõem a estrutura organizacional do Ministério, inclusive o orçamento de investimento da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo S. A. (CEAGESP – UO 22.212), cujo orçamento alcança R\$ 500 mil; Centrais de Abastecimento de Minas Gerais, S.A. (CEASA/MG – UO 22.208), com R\$ 2,6 milhões; e Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG – UO 22.209), com gastos previstos da ordem de R\$ 2,4 milhões. A programação completa dessas estatais consta de Anexo a este Parecer.

No Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o valor total das dotações consignadas para o MAPA atinge R\$ 7,8 bilhões, montante este 10,8% superior ao valor proposto em 2009 (R\$ 7,05 bilhões). A gestão da programação deste Órgão é feita por meio de quatro unidades orçamentárias. Na Tabela a seguir mostramos os valores liquidados por essas Unidades no período 2007 a 2009, bem como os propostos para 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EXECUÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	2007		2008		2009		2010
	Liquidado	Liquidado	Proposta	Autorizado	Liquidado ¹	Proposta	
22101 – MAPA	2.484.988	2.855.047	2.764.435	3.807.889	2.289.263	3.209.418	
22202 – EMBRAPA	1.145.783	1.340.039	1.454.385	1.676.369	1.260.221	1.748.066	
22211 – CONAB	1.019.619	1.087.233	2.786.124	2.791.707	2.702.822	2.807.705	
22906 – FUNCAFÉ	30.005	27.213	41.325	40.303	14.867	42.361	
Total	4.680.395	5.309.533	7.046.269	8.316.268	6.267.173	7.807.550	

Fonte: SIAFI e PLOA 2010

¹ Execução registrada no SIAFI até 09/11/2009

A tabela a seguir mostra as propostas de gastos do Ministério da Agricultura, por natureza da despesa, no período 2006 a 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO PROPOSTAS DE GASTOS POR GND - 2006 A 2010

GND						R\$ milhões	
	2006	2007	2008	2009	2010	Diferença (2010-2009)	Var. % (2008/2009)
PESSOAL E ENC SOCIAIS	2.215	2.560	2.689	3.102	3.869	767	-80,18
JUROS E ENC DA DÍVIDA	13	10	1	0	3	3	
OUTRAS DESP CORRENTES	764	817	1.104	1.134	1.262	128	-89,86
INVESTIMENTOS	115	133	167	510	373	-137	-136,73
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.259	2.400	2.400	2.300	2.300	0	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	41	33	0,2	0	0	0	
TOTAL	5.408	5.953	6.362	7.046	7.807	761	10,80

Fonte: SIAFI - Elaboração COFF/CD

Veja-se que, ao contrário do aumento fixado para outras despesas correntes (R\$ 128 milhões), o valor da proposta para investimentos em 2010 (R\$ 373 milhões) é bem inferior ao que foi apresentado na proposta de 2009 (R\$ 510 milhões).

Observe-se também que as dotações para pessoal e encargos sociais apresentam crescimento contínuo ao longo do período 2006-2010. A proposta para 2010, de R\$ 3,9 bilhões, supera em R\$ 767 milhões a de 2009. No intervalo de cinco anos, os valores propostos para esse grupo de despesa cresceram R\$ 1,7 bilhão a preços correntes.

Na Proposta, os principais programas finalísticos em volume de recursos são: 0352 – Abastecimento Agroalimentar, com R\$ 2,8 bilhões; 1156 – Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio, com R\$ 372 milhões; 0365 – Minimização de Riscos no Agronegócio, com R\$ 285 milhões; e 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária, com R\$ 142 milhões. Nota-se que o Índice de Execução Orçamentária (IEO), medido pela relação entre os valores liquidados e autorizados, varia bastante de programa para programa. No limite superior, com quase toda a dotação já comprometida, o Programa 0352 – Abastecimento Agroalimentar aparece com IEO de 89%. No limite inferior, o Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário teve apenas 1% das dotações liquidadas.

**MAPA - PRINCIPAIS PROGRAMAS
LOA 2009 e PLOA 2010**

		R\$ milhões				
Programa		LOA 2009				PLOA 2010
Cod	Nome	Autorizado	Liquidado	Pagos	Liq/Aut (%)	Proposta
0352	Abastecimento Agroalimentar	3.007	2.686	2.636	89,32	2.793
0750	Apoio Administrativo	2.700	2.181	2.136	80,79	2.752
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	1.013	846	846	83,55	1.028
6003	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	662	8	6	1,14	26
1156	Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio	400	143	137	35,69	372
0365	Minimização de Riscos no Agronegócio	225	179	175	79,39	285
0357	Segurança da Sanidade na Agropecuária	180	58	51	32,05	142
0356	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	92	47	45	51,21	81
0360	Gestão da Política Agropecuária	79	26	25	33,17	89
0350	Desenvolvimento da Economia Cafeeira	40	15	15	36,89	42
1409	Desenvolvimento da Agroenergia	38	17	16	45,82	26
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	29	21	21	73,50	17
0362	Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau	28	12	11	42,03	29
1442	Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	22	4	4	20,70	19
0375	Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	18	9	9	51,51	24
1161	Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social	13	8	7	56,86	63

Fonte: SIAFI/MF. Elaboração COFF/CD
Execução até 09/11/2009

Note-se, na Tabela a seguir, que a elevação das despesas fixadas para a área administrativa¹ (+ R\$ 626 milhões) é responsável por 82% do aumento das dotações do órgão (R\$ 761 milhões). Os programas finalísticos ficaram, portanto, com um aumento de apenas R\$ 135 milhões. Esse modelo, evidentemente, prejudica as alocações em áreas de grande importância para o desenvolvimento do setor como: Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, Defesa Sanitária, Extensão Rural, entre outras.

¹ Subfunção 122: Administração Geral

**MAPA - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL
PLOA 2009 E 2010**

R\$ 1,00

COD	PROGRAMA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLOA 2009	PLOA 2010	VARIAÇÃO (%)
M. Ag., Pec. e Abastecimento		1.208.871.931	1.479.838.574	270.966.643
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	167.221.561	208.370.724	41.149.163
10HD	Implantação do Projeto de Melhoria da Infra-estrutura da Sede do MAPA	24.036.890	18.000.000	-6.036.890
2000	Administração da Unidade	912.173.805	1.166.075.326	253.901.521
2157	Julgamento de Recursos em Processos de Sinistros	600.000	540.000	-60.000
2272	Gestão e Administração do Programa	44.274.157	31.495.958	-12.778.199
2B17	Fiscalização de Contratos de Repasse	692.000	450.000	-242.000
4716	Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas	59.873.518	54.906.566	-4.966.952
EMBRAPA		881.994.177	1.208.709.695	326.715.518
0110	Contribuição à Previdência Privada	47.012.959	53.964.729	6.951.770
2000	Administração da Unidade	834.981.218	1.154.744.966	319.763.748
CONAB		400.988.944	429.914.669	28.925.725
0110	Contribuição à Previdência Privada	24.661.884	24.122.028	-539.856
2272	Gestão e Administração do Programa	353.877.060	378.742.641	24.865.581
2829	Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	22.450.000	27.050.000	4.600.000
F. de Defesa da Econ. Cafeeira		5.818.717	5.160.778	-657.939
2272	Gestão e Administração do Programa	5.818.717	5.160.778	-657.939
TOTAL MAPA		2.497.673.769	3.123.623.716	625.949.947

Fonte: SIAFI/MF. Elaboração COFF/CD

A Tabela a seguir mostra que cerca de R\$ 7,2 bilhões são classificados na modalidade de aplicação direta (MA 90). Assim, a expectativa é de que mais de 93% do orçamento do MAPA serão executados diretamente pelo próprio Ministério. Vê-se, também, que apenas 1,1% do total (R\$ 84 milhões) será transferido aos governos estaduais e 0,1% (R\$ 8 milhões) será indiretamente executado pelas administrações municipais.

Verifica-se, a propósito, que a participação das entidades privadas na execução do orçamento da União ainda é modesta, mas, apresenta-se de forma crescente. Em 2006, quase cinco mil entidades foram beneficiadas. De acordo com o relatório sobre as contas do Governo relativo ao exercício de 2006, elaborado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, o governo federal transferiu, entre 2001 e 2006, em média, R\$ 2 bilhões por ano a essas entidades². O Relatório de Execução orçamentária da União do exercício de 2009, extraído em 21 de setembro de 2009, indica a existência de créditos autorizados no valor de R\$ 3,4 bilhões. A proposta para 2010 do MAPA revela um crescimento de 36% nos créditos destinados a entidades privadas sem fins lucrativos.

MAPA - DESPESAS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO - PLOA 2006 a 2010

R\$ mil

TRANSFERÊNCIAS A:	2006	2007	2008	2009	2010	Part. % (2010)	Var. % (2009/10)
30 GOVERNO ESTADUAL	45.094	56.076	69.725	93.394	83.655	1,1	-10,4
40 ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	2.584	1.641	10.953	13.000	7.708	0,1	-40,7
50 ENTID. PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS	135	134	15.438	11.794	16.075	0,2	36,3
60 INST. PRIVADA COM FIM LUCRATIVO	0	298	196	581	461	0,0	-20,7
90 APLICAÇÃO DIRETA	5.320.630	5.739.475	6.107.943	6.707.249	7.233.266	92,6	7,8
91 APLIC. DIRETA ENTRE ORGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES		139.254	143.624	220.251	466.385	6,0	111,8
TOTAL	5.368.443	5.936.878	6.347.879	7.046.269	7.809.560	100,0	10,8

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração COFF/CD.

No que tange às fontes de recursos, como pode ser visto na Tabela a seguir, a proposta para 2010 não apresenta grandes alterações na estrutura de financiamento do MAPA. As três principais fontes em termos de volume de recursos são: 100 Recursos Ordinários, com 61,2% do total; 160 Recursos de Operações Oficiais de Crédito, com 29,5%.

² Neto, Antônio Alves de Carvalho – Transferências de Recursos da União para Organizações Não-Governamentais: Eficácia Dos Procedimentos De Concessão E Controle – TCU, Brasília, 2007.

**MAPA - FONTES DE FINANCIAMENTO
PROPOSTAS PARA 2009 e 2010**

R\$ mil

Cod	FONTE	2009		2010	
		Valor	(%)	Valor	(%)
100	Rec. Ordinários	3.542.613	50,24	4.778.104	61,2
144	Tít.Resp.Tes.Nac - Out. Aplic.		0	3.120	0,04
148	Oper.Créd.Ext. - em Moeda	19.300	0,27	19.044	0,24
150	Rec. Próprios Não-Financ.	13.694	0,19	23.369	0,3
151	Contr. Soc. Lucro Pes. Jurid.	0	0	0	0
153	Contr.Financ.Seg.Social	619.002	8,78	0	0
156	Cont Serv Plano Seg Soc Serv	111.395	1,58	144.080	1,85
160	Rec. Op. Of. Cred.	2.300.000	32,61	2.300.000	29,46
169	Cont Patr Plano Seg Soc Serv	167.222	2,37	220.011	2,82
172	Outr. Contribuições Econômicas	581	0,01	461	0,01
175	Taxas por Serv Públicos	2.300	0,03	3.182	0,04
176	Outras Contribuições Sociais	19.234	0,27	20.004	0,26
180	Rec. Próp. Financeiros	41.305	0,59	42.015	0,54
181	Rec. de Convênios	4.325	0,06	6.200	0,08
182	Restituição de Convênios	0	0	0	0
195	Doações. Ent. Internac.	3.457	0,05	3.500	0,04
250	Rec. Próprios Não-Financ.	188.141	2,67	193.521	2,48
280	Rec. Próp. Financeiros	7.896	0,11	6.979	0,09
281	Rec. de Convênios	5.805	0,08	43.961	0,56
282	Restituição de Convênios	5.805	0,08		0
TOTAL		7.052.073	100	7.807.550	100

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração COFF/CD.

2.1.1 AS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DO ÓRGÃO MAPA

2.1.1.1 Cresce o Orçamento da EMBRAPA

A Mensagem Presidencial nº 113, de 2009, atribui o bom desempenho da agricultura brasileira ao desenvolvimento científico e tecnológico, bem como à modernização da atividade rural. Reconhece, explicitamente, o importante papel da EMBRAPA e informa sobre a alocação de R\$ 459 milhões “para a melhoria da estrutura e a continuidade das pesquisas agropecuárias”.

Em nossa análise, observamos que a proposta orçamentária de 2010 para a EMBRAPA alcança o valor de R\$ 1,7 bilhão, montante R\$ 294 milhões superior ao da proposta do ano anterior. Notamos, entretanto, que a necessária prioridade às atividades finalísticas não se reflete na repartição dos créditos propostos. As Subfunções 572 e 573, “Desenvolvimento Científico e Tecnológico” e “Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico”, respectivamente, que congregam as ações finalísticas da instituição, recebem pouco mais de um quarto de seu orçamento (os exatos R\$ 459 milhões mencionados na Mensagem Presidencial).

Veja-se, também, que em relação ao PLOA 2009, os gastos administrativos apresentam aumento de R\$ 325 milhões, ao passo que os gastos em atividades finalísticas são reduzidos em R\$ 32 milhões.

Ou seja, os dados parecem mostrar que a prioridade central da instituição está sucumbindo ao inchaço dos gastos administrativos (R\$ 1,3 bilhão).

**EMBRAPA - DESPESAS POR SUBFUNÇÃO
PLOA 2009-10**

		R\$ 1,00	
COD	SUBFUNÇÃO	PLOA 2009	PLOA 2010
ATIVIDADES FINALÍSTICAS		490.274.941	458.747.306
572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	472.644.646	396.046.722
573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	17.630.295	62.700.584
OUTRAS ATIVIDADES		964.109.838	1.289.319.243
122	Administração Geral	881.994.177	1.208.709.695
126	Tecnologia da Informação	9.701.994	
128	Formação de Recursos Humanos	3.840.000	3.456.000
131	Comunicação Social	504.000	453.600
301	Atenção Básica	24.295.389	25.365.526
306	Alimentação e Nutrição	34.124.851	37.200.000
331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	431.913	599.034
365	Educação Infantil	4.889.160	5.395.560
844	Serviço da Dívida Externa	328.354	3.119.828
846	Outros Encargos Especiais	4.000.000	5.020.000
TOTAL		1.454.384.779	1.748.066.549

Fonte: SIAFI/MF. Elaboração COFF/CD

Entretanto, uma análise perspectiva mais ampla revela uma tendência histórica mais favorável. A Tabela abaixo demonstra uma saudável evolução dos gastos em atividades finalísticas em relação aos gastos totais da Empresa. Em termos percentuais observa-se um avanço de mais de 6% na proporção das despesas com pesquisa científica e difusão de tecnologia da EMBRAPA nos últimos quinze anos.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EM ATIVIDADES FINALÍSTICAS DA EMBRAPA - VALORES PROPOSTOS 2000, 2005 E 2010

Subfunções	2000		2005		2010	
	Valor	Perc.	Valor	Perc.	Valor	Perc.
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	98.150.000	17,89	146.797.864	16,71	396.046.722	22,66
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		-	16.208.714	1,85	62.700.584	3,59
SUBTOTAL	98.150.000	17,89	163.006.578	18,56	458.747.306	26,24
Outras Subfunções	450.415.000	82,11	715.414.265	81,44	1.289.319.243	73,76
TOTAL UO	548.565.000	100	878.420.843	100	1.748.066.549	100

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN/SF
Elaboração COFF/CD

2.1.1.2 Mensagem Presidencial Reconhece a Importância da PGPM

Não há como negar a importância da armazenagem e comercialização para o bom e seguro abastecimento de produtos de origem agrícola. A Mensagem Presidencial nº 113, de 2009, destaca o relevante papel da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) da CONAB.

Em nossa análise, notamos que a proposta orçamentária da CONAB (R\$ 2,8 bilhões) praticamente repete os valores de anos anteriores. Apesar de as despesas serem fixadas ao redor desse nível, a média dos valores liquidados nos últimos seis exercícios indica que a execução orçamentária geralmente se mantém em torno da metade dos valores que são propostos. O ano de 2009, pelo que se deduz dos dados obtidos do SIAFI/MF tem sido atípico. Os créditos autorizados já superam a casa dos R\$ 3 bilhões e a execução beira os 90%.

CONAB - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - POR PROGRAMAS - 2008 a 2010

		R\$ mil		
COD PROGRAMAS		PLOA 2008	PLOA 2009	PLOA 2010
0352	Abastecimento Agroalimentar	2.755.634	2.773.624	2.792.963
0360	Gestão da Política Agropecuária	2.400	2.400	2.700
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	39.067	10.100	12.042
VALOR LIQUIDADO		1.087.233	2.702.822 (1)	
TOTAL		3.884.334	2.786.124	2.807.705

Fonte: SIAFI/MF. Elaboração COFF/CD

(1) Execução até 09/11/2009

As programações finalística e administrativa da CONAB concentram-se no Programa 0352 – Abastecimento Agroalimentar. Dentro desse programa comparece, mais uma vez, a destinação de recursos para a conclusão da obra da unidade armazenadora de Uberlândia, em Minas Gerais (Ação 12BZ), com R\$ 13,4 milhões. Esse projeto foi proposto em 2008 com créditos de R\$ 3 milhões. Desse total, R\$ 2,5 milhões foram cancelados para servir de fonte a crédito adicional e R\$ 500 mil permaneceram na programação. Os recursos alocados para o exercício de 2009 (R\$ 26 milhões) já se encontram empenhados. Observe-se que o Plano Plurianual 2008-11 vigente prevê apenas R\$ 15 milhões para esta finalidade.

Na Tabela seguinte, apresentam-se ações que também integram o Programa 0352 – Abastecimento Alimentar, mas não estão incluídas na proposta para a CONAB. Tais créditos, no valor total de R\$ 3,4 bilhões, constam da Unidade Orçamentária nº 74101 - Operações Oficiais de Crédito – Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional/MF. São classificados em "outras despesas correntes" (GND3) e se destinam à equalização de juros e preços, bem como, à garantia e sustentação de preços em operações de financiamento e empréstimo rurais. Destacam-se a Ação 0300 - Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, com R\$ 1,2 bilhão e a ação 0294 – Equalizações de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário, com R\$ 1,2 bilhão.

**Programa ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR
 UO 74101 Recursos sob Supervisão da STN - MF
 Proposta Orçamentária para 2010**

R\$ milhão

Cod	AÇÕES	Valor
008H	Equalização de juros em financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais e cooperativas (Lei nº 11.524, de 2007)	5
0294	Equalizações de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)	1.225
0298	Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF (Lei nº 8.427, de 1992)	151
0299	Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)	300
0300	Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)	1.200
0301	Equalização de Juros e de outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)	278
0373	Equalização de Juros e Bônus de Adimplência no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 9.866, de 1999)	8
0611	Equalização de Juros decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999)	249
TOTAL		3.415

Fonte: SIAFI/MF, PRODASEN. Elaboração COFF/CD.

2.1.1.3 O Orçamento do FUNCAFÉ Permanece o Mesmo

O valor total da proposta orçamentária do FUNCAFÉ para 2010 (R\$ 42,4 milhões) é 2,5% superior ao apresentado em 2009.

**FUNCAFÉ
 PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS
 NO PERÍODO 2004-10**

R\$ mil

Exercício	Projeto de Lei	Variação (%)
2004	25.225	
2005	33.000	30,82
2006	41.279	25,09
2007	40.430	-2,06
2008	40.004	-1,05
2009	41.325	3,30
2010	42.361	2,51

Fonte: SIAFI/Prodasen

Note-se, entretanto, que as despesas com as atividades de financiamento para custeio, investimento, colheita e pré-comercialização de café (Ação 0012 do Programa 0350 – Desenvolvimento da Economia Cafeeira) consta apenas da Unidade Orçamentária 74901 – Recursos sob Supervisão do FUNCAFÉ – MAPA, do Órgão Contábil Operações Oficiais de Crédito. Para 2010 as despesas com essa ação estão fixadas em R\$ 2,7 bilhões. Os recursos para subsidiar essa operação especial por meio da equalização da taxa de juros dos financiamentos concedidos (Ação OA27) estão fixados em R\$ 130 milhões.

**PROGRAMA: 0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2009 e 2010**

	R\$1,00	
Ações por Unidade Orçamentária	PLOA 2009	PLOA 2010
F. de Defesa da Econ. Cafeeira	41.324.849	42.360.778
2272 Gestão e Administração do Programa	5.818.717	5.160.778
2825 Conservação dos Estoques Reguladores de Café	4.000.000	6.000.000
2C94 Promoção do Café Brasileiro	10.000.000	5.000.000
4641 Publicidade de Utilidade Pública	5.000.000	10.000.000
4717 Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio do Café	1.000.000	1.000.000
4792 Remuneração às Instituições Financeiras pela Gestão do Contrato de Dação em Pagamento de Dívidas Alongadas	200.000	200.000
4803 Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura	15.306.132	15.000.000
Rec. Sup. FUNCAFÉ - MAPA	2.802.897.118	2.803.506.513
0012 Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização de Café	2.672.897.118	2.673.506.513
0A27 Equalização de Juros nos Financiamentos para Custeio, Investimentos, Colheita e Pré-comercialização de Café (Lei 8.427, de 1992)	130.000.000	130.000.000

Fonte: SIAFI/Prodasen

2.1.1.4 Programa de Trabalho da Administração Central do MAPA Passa por Ajustes

Na proposta apresentada para a Unidade Orçamentária 22101 – Administração Central do MAPA as despesas fixadas atingem R\$ 3,2 bilhões, o que corresponde a um aumento de 16,1% em comparação às apresentadas em 2009 (R\$ 2,8 bilhões).

Os esforços do Governo para garantir a qualidade e a inocuidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal ofertados ao mercado consumidor nacional e ao mercado externo recebem destaque na Mensagem Presidencial nº 113, de 2009. Em 2010, o Governo destinará a essas atividades, nos termos daquele documento, a importância de R\$ 81 milhões. Recebe, ainda, menção especial na Mensagem, a priorização de recursos da ordem de R\$ 142,4 milhões para controle e erradicação de doenças e pragas na agropecuária.

Observamos a propósito dos citados destaques da Mensagem Presidencial, uma redução da ordem de 9% na dotação da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal e uma queda de 31% na dotação da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos. A Tabela a seguir destaca algumas das principais ações do Programa de Trabalho dessa Unidade para mostrar a presença de ajustes percentuais significativos nas mesmas sem uma nota explicativa por parte do Executivo.

**MAPA - ADMINIST. CENTRAL - AÇÕES SELECIONADAS
VARIÇÕES ENTRE 2009 E 2010 (PLOA)**

COD AÇÕES	R\$ milhões		
	PLOA 2009	PLOA 2010	Varição %
2000 Administração da Unidade	912,2	1.166,10	27,83
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	897,6	1.028,10	14,53
099F Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	181,9	238,7	31,19
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	167,2	208,4	24,61
2272 Gestão e Administração do Programa	44,3	31,5	-28,86
4721 Sistema Nacional de Difusão de Informações para o Agronegócio	24,7	30,9	25,04
2136 Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal	24,1	20	-16,97
2161 Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	6,1	18,5	200,27
10HD Implantação do Projeto de Melhoria da Infra-estrutura da Sede do MAPA	24	18	-25,12
4641 Publicidade de Utilidade Pública	12,9	16,3	26,44
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	38,8	15,9	-59,07
8938 Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal	16,5	15	-9,09
5920 Zoneamento Agrícola	12,2	13,5	10,66
2134 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos	14,5	10	-30,81
2179 Fiscalização de Sementes e Mudas	6,9	10	45,99
4723 Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal	13	7	-46,15
11TR Modernização do Sistema Integrado de Informações Agropecuárias	12,7	7,9	-37,53

Fonte: SIAFI/MF. Elaboração COOFF/CD

Por outro lado, os benefícios decorrentes de uma política de subvenção ao prêmio do seguro rural estão, realmente, sendo efetivados na proposta para 2010 que prevê recursos da ordem de R\$ 239 milhões (Ação 099F), correspondendo a um aumento de 31% em relação à proposta de 2009. Esses recursos, nos termos da Mensagem, possibilitarão subsidiar 65 mil apólices com a cobertura de cerca de 7,2 milhões de hectares, beneficiando mais de 91 mil produtores rurais.

2.1.2 A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MAPA

O Índice de Execução Orçamentária (IEO), medido pela relação entre o valor das despesas liquidadas e o valor das despesas autorizadas, alcançou 73% até 09 de novembro de 2009. As despesas com investimentos, por ter caráter primário e discricionário, apresentam, em decorrência da política de contingenciamento, IEO relativamente baixos (6,9%).

**MAPA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Por Grupo de Natureza da Despesa - Até 09 de setembro de 2009**

R\$ mil						
COD	GND	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pagos	IEO (%)
1	Pessoal e Encargos Sociais	3.773.898	3.119.522	3.118.571	3.073.489	82,64
2	Juros e Encargos da Dívida	1.562	443	443	443	28,39
3	Outras Despesas Correntes	1.172.888	880.200	744.154	723.184	63,45
4	Investimentos	1.081.524	269.816	74.172	58.806	6,86
5	Inversões Financeiras	2.530.000	2.432.285	2.329.832	2.290.851	92,09
TOTAL		8.559.871	6.702.266	6.267.173	6.146.774	73,22

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração COFF/CD.

Essa lentidão no processo de execução da despesa orçamentária é observada em títulos de grande relevância para o setor agropecuário, como os listados na tabela a seguir. Assim, a obtenção de índices de execução satisfatórios no exercício requer uma aceleração extraordinária dos procedimentos até o final do ano.

MAPA – ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IEO
Títulos Selecionados - 2007, 2008 e 2009

Títulos Selecionados	2009(3)		2008		2007	
	AUTORIZADO (1)	EXECUTADO (2)	AUTORIZADO	EXECUTADO	AUTORIZADO	EXECUTADO
DESENVOLVIMENTO DO S. AGROPECUÁRIO (4)	574.011.072	187.000	541.924.528	349.649.932	289.432.057	211.185.060
IEO	0,03%		64,52%		72,97%	
DEFESA ANIMAL (5)	164.612.621	38.484.134	245.221.491	137.432.780	117.656.839	103.192.991
IEO	23,38%		56,04%		87,71%	
DEFESA VEGETAL (7)	74.500.582	20.231.759	48.014.760	42.286.305	39.468.970	33.127.007
IEO	27,16%		88,07%		83,93%	
PESQUISA E DESENV.P/ AGRONEGÓCIO (9)	398.140.681	114.168.710	269.318.788	249.889.715	201.714.446	199.336.566
IEO	28,68%		92,79%		98,82%	

(1) Autorizado em Lei, incluindo os efeitos de créditos adicionais aprovados e remanejamentos autorizados no exercício.

(2) Valor liquidado

(3) Execução até 21/09/2009

(4) Ação 7H17 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário

(5) Total da Subfunção 604- Defesa Sanitária Animal

(7) Total da Subfunção 603 - Defesa Sanitária Vegetal

(9) Prog. 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade do Agronegócio.

2.2 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA

Segundo informações da Mensagem que encaminha o PL 46/2009, o objetivo central da política voltada para o campo é a promoção do desenvolvimento rural sustentável, que utilizará de instrumentos como o aumento da produção de alimentos, do acesso a direitos, da geração de emprego e renda e da inclusão social.

A partir de 2007, a atuação na área do desenvolvimento rural foi intensificada com a estruturação do modelo Territórios da Cidadania, o qual busca a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida no meio rural, por meio da integração das políticas públicas setoriais e da atuação das várias esferas de governo. Em 2008, foram atendidos sessenta territórios e em 2009 foram ampliados para 120. A meta para 2010 é intensificar os atendidos nesses 120 territórios.

No que se refere à Reforma Agrária, o Governo Federal informa que assentou 523 mil famílias no período de 2003 até o primeiro semestre de 2009 e que no total foi realizado um investimento direto da ordem de R\$ 14 bilhões. Até o final de 2010, a meta é assentar mais 100 mil famílias.

Para dar continuidade ao processo, para 2010, estão previstos recursos da ordem de R\$ 1,6 bilhão para implantação de novos projetos e para o desenvolvimento e qualificação dos assentamentos já existentes.

Por outro lado, o Plano de Safra da Agricultura Familiar disporá de R\$15 bilhões para a safra 2009/2010, destinados a atender às linhas de financiamento de custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –Pronaf, e contará com o apoio de 15 ministérios.

A proposta orçamentária, para o exercício de 2010, do órgão 49.000 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO engloba duas unidades orçamentárias:

- a) 49.101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

b) 49.201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

O valor proposto para a área é de R\$ 4.556,2 milhões, inferior em 1,13% ao valor da proposta de 2009, sendo R\$ 1.163,4 milhões para a unidade orçamentária MDA e R\$ 3.392,8 milhões para o INCRA.

2.2.1 DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – MDA Administração Direta

A tabela apresentada a seguir mostra queda de 2,4% nos recursos propostos para 2010, em relação aos do PLOA para 2009, atingindo os programas de maior relevância para o desenvolvimento agrário: Agricultura Familiar – Pronaf (-7,2%), Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (-3,7%) e Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (-3%). A despeito disso, a soma dos valores desses programas continua representando a maior participação (72%) no total destinado ao MDA.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Programa (Cod/Desc)	Em R\$ 1,00		
	PLOA 2010	PLOA 2009	PLOA2010 / PLOA2009 (%)
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	99		
0138 - GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	18.000	13.000	38,5
0139 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	22.500	23.366	-3,7
0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	261.550	281.779	-7,2
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	80.161	62.066	29,2
0906 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	40.290	48.037	-16,1
1116 - CRÉDITO FUNDIÁRIO	120.746	125.917	-4,1
1120 - PAZ NO CAMPO	963	1.000	-3,7
1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	302.356	313.872	-3,7
1336 - BRASIL QUILOMBOLA	3.000	4.115	-27,1
1350 - EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	355	355	0
1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE	1.250	1.250	0
1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	275.752	284.251	-3
1433 - CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	36.392	33.107	9,9
TOTAL	1.163.413	1.192.115	-2,4

Fonte: Siaf/Prodasen

No que se refere às ações, informa-se que a ação Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais receberá 64,6% dos recursos do programa “Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais” e a ação Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares 89,9% do programa “Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar”.

As ações mais relevantes dentro do Pronaf continuam sendo a Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e a Contribuição ao Fundo Garantia Safra, que correspondem a 78,5% dos recursos do programa.

O Pronaf contará, ainda, com recursos da ordem de R\$ 1.976,5 milhões, a cargo de Operações Oficiais de Crédito – Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda, que serão destinados à equalização de juros e ao financiamento da agricultura familiar. Observa-se que esse valor é inferior ao constante da proposta para 2009 (R\$ 2.102,5 milhões)

Da mesma forma, o programa Crédito Fundiário receberá R\$ 300,0 milhões de inversões financeiras, na unidade orçamentária Operações Oficiais de Crédito sob a supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, que serão destinados à concessão de crédito às

famílias para aquisição de imóveis rurais e investimentos básicos. O valor proposto para 2009 foi de R\$ 447,2 milhões.

Em relação às fontes de financiamento da programação, o MDA contará basicamente com recursos do Tesouro (93,0%).

Quanto à aplicação dos recursos segundo o grupo de natureza da despesa (GND), o quadro para 2010 mostra que 58,4% dos recursos serão destinados às despesas correntes e 26,6% a investimento.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

R\$ 1,00

GND	Descrição	VALOR
1	Pessoal e Encargos Sociais	28.647.005
2	Juros e Encargos da Dívida	10.141.797
3	Outras Despesas Correntes	679.817.577
4	Investimentos	309.245.303
5	Inversões Financeiras	105.413.062
6	Amortização da Dívida	30.148.075
TOTAL		1.163.412.819

Fonte:Siaf/Prodasen

No que se refere à modalidade de aplicação, verifica-se na tabela a seguir que 65,2% do orçamento do MDA deverão ser executados diretamente pelo próprio Ministério, haja vista os R\$ 758,68 milhões destinados à modalidade de aplicação 90. Para os governos estaduais e do DF estão destinados 13,8%

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MODALIDADE DE APLICAÇÃO

R\$ 1,00

Mod. Aplic. (Cod/Desc)	VALOR
30 TRANSF. A EST. E AO DF	160.685.440
40 TRANSF. A MUNICÍPIOS	119.743.080
50 TRANSF. A INST. PRIVADAS	122.737.164
90 APLIC. DIRETAS	758.682.623
91 APLIC.DIRETA ORG. F. ENTIDADES	1.564.512
TOTAL	1.163.412.819

Fonte:Siaf/Prodasen

A análise da execução orçamentária propicia visão mais abrangente do desempenho da unidade orçamentária e pode ser verificada pelos dados da tabela a seguir.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Em R\$ 1,00

Programa	PLOA 2009	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Emp/Aut (%)	Pago/Aut (%)
0138 - REGULARIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	13.000,0	13.643,0	5.784,9	218,5	218,5	42,4	1,6
0139 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	23.366,3	23.439,8	11.372,2	10.046,5	10.046,0	48,5	42,9
0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	281.778,6	290.889,6	130.152,9	49.754,8	49.846,5	44,7	17,1
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	62.066,2	65.357,4	45.126,4	35.412,1	35.461,6	69,0	54,3
0906 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	48.036,7	64.610,8	21.586,1	19.992,1	19.992,1	33,4	30,9
1116 - CRÉDITO FUNDIÁRIO	125.917,2	76.608,4	53.131,1	4.215,8	4.215,8	69,4	5,5
1120 - PAZ NO CAMPO	1.000,0	1.000,0	423,6	0,0	0,0	42,4	-
1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	313.871,5	465.738,8	46.234,3	25.424,7	25.424,7	9,9	5,5
1336 - BRASIL QUILOMBOLA	4.115,1	4.115,1	210,6	65,2	65,2	5,1	1,6
1350 - EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	354,9	354,9	175,2	175,2	175,2	49,4	49,4
1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE	1.250,0	1.250,0	0,0	0,0	0,0	-	-
1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	284.251,4	298.195,9	184.228,1	27.294,9	27.212,6	61,8	9,1
1433 - CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	33.107,3	33.107,0	14.356,3	2.579,3	2.576,0	43,4	7,8
TOTAL	1.192.115,2	1.338.310,7	512.781,7	175.179,1	175.234,2	38,3	13,1

Fonte: Siaf/Prodasen

De um total autorizado para o MDA de R\$ 1.338.310,60 foi comprometido (empenhado), até o mês de novembro, 38,3% e pago 34,2% desse valor empenhado. Levando em conta que já se aproxima o encerramento do exercício, é aceitável caracterizar essa situação como de baixa execução, ou seja, percentual inferior a 50%.

Ressalte-se a execução do Pronaf, cujo valor empenhado foi de 44,7 %, o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar de 61,8% e o de Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário com 48,5%.

O programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais só empenhou 10% dos recursos autorizados.

O Pronera teve um bom desempenho em termos relativos (49,4%); contudo, o valor a ele destinado não é significativo.

2.2.2 DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - INCRA

Os dados da Tabela a seguir mostram que a proposta para 2010 apresenta queda de 0,7% em relação à de 2009, atingindo os programas de maior relevância para a reforma agrária.

A maior taxa de crescimento (95,5%) é a do programa Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas. Ressalte-se que houve, também, um acréscimo de 38% nos recursos propostos para o programa Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar.

Por outro lado, o programa Assentamentos para Trabalhadores Rurais apresenta redução de 33,4% em relação proposto para o ano anterior. Esse programa e o programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento, juntos, recebem 38% dos recursos da unidade orçamentária.

O programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento contará, também, com recursos para inversão financeira no valor de R\$ 900,0 milhões dentro da unidade orçamentária Operações Oficiais de Crédito, sob supervisão do INCRA, destinados à concessão de crédito - instalação às famílias assentadas. Observe-se que esse valor é inferior ao proposto para 2009, ou seja, R\$ 1.225,0 milhões.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

Programa (Cod/Desc)	Em R\$ mil		
	PLOA/2010	PLOA/2009	PLOA2010 / PLOA2009 (%)
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	304.192,6	303.141,4	0,3
0135 - ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	681.000,0	1.022.550,3	-33,4
0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	617.975,0	605.712,9	2,0
0138 - GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	318.018,9	162.652,2	95,5
0139 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	17.726,2	13.750,0	28,9
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	558.721,8	605.775,8	-7,8
0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	416.467,2	348.785,7	19,4
1120 - PAZ NO CAMPO	14.732,7	14.414,2	2,2
1336 - BRASIL QUILOMBOLA	76.000,0	38.616,4	96,8
1350 - EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	70.000,0	70.362,0	-0,5
1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	318.000,0	230.414,0	38,0
TOTAL	3.392.834,4	3.416.174,8	-0,7

Fonte:Siaf/Prodasen

Dos recursos do programa Assentamento para Trabalhadores Rurais, R\$ 600,0 milhões (88,0%) estão destinados para inversão financeira dentro da Ação Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.

A Ação Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento contará com R\$ 402,0 milhões, que correspondem a 65,0% dos recursos do programa de Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento.

Dentro do programa Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas, a ação Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional contará com 46,8% dos recursos.

Em relação às fontes de financiamento da programação, o INCRA contará basicamente com recursos ordinários do Tesouro, no valor de R\$ 3.371,1 milhões.

No que se refere ao grupo de natureza da despesa (GND), observa-se que 35,6% dos recursos programados para o exercício serão destinados à “inversão financeira”, o que se justifica em função da natureza das ações da unidade orçamentária.

INCRA
GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

Em R\$ 1,00

GND	Descrição	VALOR
1	Pessoal e Encargos Sociais	794.382.890
3	Outras Despesas Correntes	1.139.897.279
4	Investimentos	490.121.227
5	Inversões Financeiras	968.432.971
TOTAL		3.392.834.367

Fonte:Siaf/Prodasen

Quanto à modalidade de aplicação verifica-se, na tabela a seguir, que 83,9% do orçamento do INCRA deverão ser executados diretamente pelo próprio Instituto, onde estão previstos R\$ 2,8 milhões que serão destinados à modalidade de aplicação 90.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MODALIDADE DE APLICAÇÃO

R\$ 1,00

Mod. Aplic. (Cod/Desc)	VALOR
30 TRANSF. A EST. E AO DF	152.909.000
40 TRANSF. A MUNICÍPIOS	156.707.460
50 TRANSF. A INST. PRIVADAS	148.354.705
90 APLIC. DIRETAS	2.849.942.321
91 APLIC.DIRETA ORG. F. ENTIDADES	84.920.881
TOTAL	3.392.834.367

A tabela a seguir mostra as informações, até o mês de novembro, da execução orçamentária do INCRA.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Em R\$ 1,00

Programa	PLOA 2009	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Emp/Aut (%)	Pago/Aut (%)
0089 - PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	303.141,4	308.141,4	250.971,6	250.971,6	250.971,6	81,4	81,4
0135 - ASSENTAMENTOS SUSTENTAVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS	1.022.550,3	1.026.682,0	749.135,4	564.664,8	564.665,1	73,0	55,0
0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA REFORMA AGRARIA	605.712,9	509.510,6	307.611,7	66.378,4	66.223,5	60,4	13,0
0138 - REGULARIZACAO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA	162.652,2	209.402,9	40.506,7	23.895,3	23.894,9	19,3	11,4
0139 - GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO	13.750,0	13.770,3	5.998,5	2.989,3	2.988,5	43,6	21,7
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	605.775,8	588.437,3	444.322,1	430.356,2	430.322,0	75,5	73,1
0901 - OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	348.785,7	254.338,1	251.998,5	246.218,9	246.218,9	99,1	96,8
0999 - RESERVA DE CONTINGENCIA	-	15.200,7	-	-	-	-	-
1120 - PAZ NO CAMPO	14.414,2	14.468,9	5.532,9	4.776,6	4.779,6	38,2	33,0
1336 - BRASIL QUILOMBOLA	38.616,4	38.616,4	4.705,1	3.971,8	3.970,7	12,2	10,3
1350 - EDUCACAO DO CAMPO (PRONERA)	70.362,0	70.362,0	17.974,2	7.262,1	7.203,7	25,5	10,2
1427 - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL NA AGRICULTURA FAM	230.414,0	230.674,0	70.779,9	34.648,8	34.648,2	30,7	15,0
TOTAL	3.416.174,9	3.279.604,6	2.149.536,6	1.636.133,8	1.635.886,7	65,5	49,9

Pelos dados, observa-se que a execução do INCRA apresenta melhor desempenho que a do MDA, dado que foram empenhados 65,5% dos recursos autorizados e pagos 76,1% desses recursos. Observe-se que os programas finalísticos Assentamentos Sustentáveis Para Trabalhadores Rurais e Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária alcançaram percentuais de execução acima de 50%.

2.3 MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) por meio da Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009, representa, segundo a Mensagem Presidencial nº 113, de 2009, o desdobramento e os avanços conseguidos pelo fortalecimento das políticas públicas direcionadas a este segmento.

Embora com um PIB ainda tímido (estimado em cerca de R\$ 5 bilhões) este segmento já é responsável pela geração de 3,5 milhões de empregos e as perspectivas de crescimento são excelentes. Os elementos essenciais estão disponíveis em nosso País: água de qualidade, áreas potenciais, capacidade técnica, espécies promissoras, clima adequado em boa parte do território e, principalmente, um contingente de pessoas que podem sair da atual situação de exclusão social e renda insuficiente. Prova disso são os pedidos de cessão de águas públicas para a aquicultura registrados junto ao MPA. São cerca de 1.115 pedidos com produção potencial de 1,5 milhões de toneladas. Além disso, existem 38 indústrias que ingressaram junto ao MAPA com pedido de registro no Sistema de Inspeção Sanitária - SIF.

Os esforços dessa área deverão ser direcionados para “a redução da pobreza, o combate à exclusão social, a diminuição das desigualdades sociais e regionais e a aceleração econômica”. Para o cumprimento desses objetivos, as ações de maior impacto do MPA envolvem a disponibilização de equipamentos para as etapas de conservação, processamento e transformação do pescado; infra-estruturas de maior porte para os terminais pesqueiros públicos e os centros integrados da pesca artesanal.

Em 2010, o Governo dará continuidade aos programas voltados para o desenvolvimento da frota nacional oceânica e para subvenção ao óleo diesel.

O Ministério da Pesca e Aquicultura contará com recursos globais da ordem de R\$ 484 milhões. Esse valor representa relevante crescimento em relação à proposta de 2009. O aumento total é da ordem de R\$ 112 milhões. A Tabela a seguir mostra a execução do orçamento em 2009 e como o acréscimo total de R\$ 112 milhões se distribui entre os quatro programas da Pasta.

MPA - DESPESAS POR PROGRAMAS 2009 e 2010

Programa	2009 (1)				2010	Variação (2010-2009)
	Proposta	Autorizado	Liquidado	IEO (L/A%)	Proposta	
750 Apoio Administrativo	98.897	98.502	50.240	51,00	124.656	25.760
1342 Desenvolvimento Sustentável da Pesca	182.500	245.221	30.787	12,55	214.174	31.674
1343 Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura	26.500	34.708	6.433	18,53	43.309	16.809
1344 Gestão da Política Aquícola e Pesqueira	64.000	63.124	11.014	17,45	101.969	37.969
Total	371.897	441.554	98.475	22,30	484.108	112.211

(1) Execução até 09/11/2009.

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração COFF/CD

Na Tabela a seguir, distribuimos o acréscimo total na dotação do MPA entre os grupos de natureza da despesa. Vemos que a estrutura de gastos dessa Pasta difere das demais. As despesas de pessoal ainda são pequenas e predominam os gastos com despesas primárias discricionárias (Investimentos e Outras Despesas Correntes). Em relação a 2009, a proposta para 2010 apresenta um acréscimo da ordem de R\$ 97 milhões para essas despesas, enquanto que os gastos com pessoal aumentaram apenas R\$ 15 milhões. Vê-se também que, da mesma forma que nos demais órgãos, a execução orçamentária é baixa.

**MPA - DESPESAS POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA
2009 e 2010**

Programa	2009 (1)				2010	Variação (2010- 2009)
	Proposta	Autorizado	Liquidado	IEO (L/A%)	Proposta	
750 Pessoal e Encargos Sociais	18.053	18.053	12.290	68,08	33.302	15.249
1342 Outras Despesas Correntes	216.488	222.707	62.956	28,27	261.053	44.565
1343 Investimentos	137.356	200.795	23.229	11,57	189.753	52.397
Total	371.897	441.554	98.475	22,30	484.108	112.211

(1) Execução até 09/11/2009.

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN. Elaboração COFF/CD

As duas Tabelas a seguir detalham as ações que compõem os dois principais programas finalísticos do MPA. Destacam-se no Programa 1342 “Desenvolvimento Sustentável da Pesca”, os investimentos programados para a implantação dos terminais pesqueiros no Rio de Janeiro, com R\$ 47 milhões, e em Belém, com R\$ 25 milhões. No Programa 1343 “Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura”, a Ação “Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Aqüícola” recebe créditos da ordem de R\$ 20 milhões.

**MPA - PROGRAMA "Desenvolvimento Sustentável da Pesca"
PLOA 2010**

R\$ 1,00		
Cod Ação	Nome da Ação	Valor
123F	Implantação do Terminal Pesqueiro do Rio de Janeiro	46.849.825
6948	Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Pesqueira	32.686.010
10B5	Apoio e Implantação de Infra-Estrutura Aqüícola e Pesqueira	31.051.710
7618	Implantação de Terminal Pesqueiro	27.514.508
123E	Implantação do Terminal Pesqueiro de Belém	25.000.000
0080	Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei 9.445, de 1997)	22.880.207
106R	Apoio à Adequação de Acessos Aquaviários	12.257.254
09FU	Equalização da Taxa de Juros em Financiamento ao Programa da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Lei 10.849,	7.354.352
8066	Apoio à Renovação da Frota Artesanal	5.720.052
8040	Fomento à Implantação de Dispositivos de Exclusão de Arrasto	1.225.725
2272	Gestão e Administração do Programa	817.150
8038	Apoio a Projetos Demonstrativos na Atividade da Pesca	817.150
TOTAL		214.173.943

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN/SF. Elaboração COFF/CD

**MPA - PROGRAMA "Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura"
PLOA 2010**

			R\$ 1,00
Cod Ação	Nome da Ação	Valor	
8090	Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Aqüícola	20.428.756	
8070	Apoio à Implementação da Aqüicultura em Águas Públicas	8.171.503	
2C41	Apoio ao Controle da Qualidade na Garantia de Conformidade, Segurança e Inocuidade de Produtos da Aqüicultura	4.085.751	
6108	Fomento a Unidades Produtoras de Formas Jovens de Organismos Aquáticos	4.085.751	
8897	Implantação da Aqüicultura em Águas Públicas	4.085.751	
1862	Implantação de Unidades Demonstrativas de Aqüicultura	1.634.301	
2272	Gestão e Administração do Programa	817.150	
TOTAL			43.308.963

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN/SF. Elaboração COFF/CD

Finalmente, observamos que 80% do programa de trabalho proposto deverão ser executados diretamente pelo próprio órgão. Destaca-se a relevância atribuída ao setor privado que deverá ficar responsável pela execução de R\$ 30 milhões dos créditos da Pasta.

**MPA - Descentralização da Execução Orçamentária
PLOA 2010**

				R\$ 1,00
MA	Modalidade de Aplicação	Valor	(%)	
30	Transf. a Est. e ao DF	35.382.604	7,31	
40	Transf. a Municípios	31.582.858	6,52	
50	Transf. a Inst. Privadas	30.332.616	6,27	
90	Aplic. Diretas	386.809.663	79,90	
TOTAL		484.107.741	100,00	

Fonte: SIAFI/MF - PRODASEN/SF. Elaboração COFF/CD.

3. CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS E ESPECIAIS APROVADOS E EM APRECIACÃO NO CONGRESSO

Tendo em vista o disposto no Item 36.1.3. da Parte Especial do Parecer Preliminar, esta Relatoria analisou e considerou os efeitos dos créditos especiais e extraordinários aprovados ou em tramitação na CMO, a partir de setembro do corrente ano, com repercussão nas programações de unidades orçamentárias abrangidas pela Área Temática IX. A relação dos créditos e respectivos impactos financeiros consta da Tabela a seguir.

CRÉDITOS ABERTOS EM 2009 - ÁREA TEMÁTICA IX									
UO	ÓRGÃO	ATO AUTORIZ.	D.O.U.	TIPO CRED. ADIC.	VALOR	GND	RP	FINALIDADE	FONTE DE CANCELAMENTO
22.101	M.AGR.E DO ABASTECIMENTO	PLN 81	09/10/09	Especial	11.398.361	5	2	Operações especiais: outros encargos especiais	Superávit financeiro
22.211	M.AGR.E DO ABASTECIMENTO	PLN 81	09/10/09	Especial	192.000	5	2	Abastecimento agroalimentar	Anulação parcial de dotação orçamentária
58.101	M. DA PESCA E AQUICULTURA	PLN 89	09/10/09	Especial	5.007.853	4	2	Desenvolvimento sustentável da pesca	Anulação de dotações orçamentárias

No período, foram aprovados dois créditos especiais. O primeiro beneficia a Administração Central do MAPA (UO 22101) e a CONAB (UO 22211) no valor total de R\$ 11,6 milhões. Esse valor se destinava a despesas com inversões financeiras. Já o crédito para o MPA, no valor de R\$ 5 milhões, se destinava a despesas com investimentos na área do desenvolvimento sustentável da pesca. A reabertura do saldo não executado desses créditos (§ 2º do art. 167 da CF/88) deverá implicar em aumento de despesas primárias no exercício de 2010.

4. OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

Dedicamos especial atenção à análise das informações levantadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU – no que se refere a obras com pendências junto àquela Corte. Observamos que, até esta data, nenhuma obra constante da programação desta Área Temática foi incluída na relação do TCU, não havendo, assim, restrições para alocação de dotações na Proposta Orçamentária para 2010.

5. ANÁLISE DAS EMENDAS

5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Relatoria da Área Temática IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário - recebeu 840 emendas para analisar, sendo 805 individuais e 35 coletivas. Das coletivas, 26 são de bancada estadual e nove de comissão. Dessas, quatro são de comissão permanente da Câmara dos Deputados e cinco de comissão permanente do Senado Federal, das quais uma é de remanejamento.

O valor total solicitado pelas emendas de apropriação alcançou R\$ 3,8 bilhões. As emendas de bancada estadual somaram R\$ 1,9 bilhão. As de comissão totalizaram R\$ 1,04 bilhão e as individuais atingiram R\$ 742,55 milhões. A emenda de remanejamento foi apresentada no valor de R\$ 30 milhões.

Não foram apresentadas emendas à programação de investimento das estatais desta Área Temática.

5.2 AJUSTES E ADEQUAÇÕES NAS EMENDAS

Considerando-se as limitações constitucionais, bem como as estabelecidas no Parecer Preliminar ao PL Nº 46/2009-CN e na Resolução nº 1, de 2006-CN, procuramos, dentro das normas legais e orçamentárias que regem nosso trabalho, superar eventuais incorreções técnicas encontradas em algumas proposições apresentadas com dois objetivos. O primeiro é de compatibilizar as propostas com a estrutura orçamentária do Projeto de Lei. O segundo tem o propósito de minimizar os entraves na fase de execução da programação orçamentária emendada.

Assim, além da análise do mérito, procuramos, dentro do exímio prazo disponível, ajustar ou adequar algumas emendas às normas estabelecidas para sua apresentação e ao programa de trabalho proposto no referido projeto de lei. Observadas as orientações para a análise da Coordenação Técnica das Consultorias de Orçamentos, as alterações mais significativas foram autorizadas pelos respectivos autores por meio de ofícios encaminhados ao Presidente da CMO, no caso das emendas coletivas, e por meio do Sistema SISEL, no caso de emendas individuais. Cópias desses estão disponíveis para consulta junto a esta Relatoria e se referem a um ou mais de um dos seguintes itens:

1. **Grupo de Natureza da Despesa:** para ajustar as despesas com o tipo de gasto pretendido;
2. **Modalidade de Aplicação:** para adequar a responsabilidade de execução da emenda às reais intenções de seu autor e, também, para evitar a ocorrência de emenda dentro das proibições de transferência de recursos para entidade privada constantes do art. 26 da Lei Complementar nº

101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e da Seção III - Das Transferências – Setor Privado da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009. (LDO 2010).

3. **Funcional e Programática:** para acomodar as intenções do autor, constantes na justificação ou no subtítulo, dentro da programação do órgão orçamentário e dos programas existentes;
4. **Subtítulo da emenda:** principalmente para melhorar a indicação da localidade e da matéria de competência das diversas unidades orçamentárias desta Área Temática, ou mesmo para adequá-la ao disposto no inciso VIII, art. 23, da Constituição Federal e ao disposto no art. 21 da LDO 2010, adequando-a aos casos em que a Constituição Federal permite a transferência voluntária de recursos da União para Estados e Municípios.
5. **Metas e quantidades:** para adequar aos padrões sistematizados e aos custos unitários médios utilizados como referenciais;
6. **Unidades Orçamentárias:** para adequar a ação proposta no subtítulo com o programa de trabalho da respectiva unidade orçamentária;
7. **Localidade:** para ajustar a região ou município à proposta apresentada no subtítulo ou na justificação ou para tornar a localidade mais específica;
8. **Órgão:** para adequar a ação proposta ao programa de trabalho do órgão executor.

5.3 ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE

A Resolução nº 01, de 2006 – CN prevê o exame e a apreciação preliminar da admissibilidade das emendas antes do início da discussão do correspondente Relatório.

Verificamos, nesse sentido, que, após os ajustes mencionados no item anterior, todas as emendas apresentadas a esta Área Temática ficaram em conformidade com o disposto na referida Resolução e com o Relatório de Atividades do Comitê já aprovado pela CMO.

5.4 PADRÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS MÉDIOS

Na medida do possível procuramos aproximar os valores unitários das metas das emendas apresentadas aos custos unitários implícitos no Projeto encaminhado pelo Poder Executivo. No caso das emendas em ações não contempladas na programação de trabalho proposta, sugerimos valores aproximados com as cotações de mercado.

Solicitamos, entretanto, aos senhores assessores e secretários parlamentares que consultassem os prováveis usuários e beneficiários sobre suas reais necessidades, em virtude de diferenças regionais e da grande variabilidade em termos de potência, marcas, utilização e qualidade das máquinas e equipamentos para uso na agricultura.

5.5 ANÁLISE DE MÉRITO DAS EMENDAS

As emendas coletivas, por se constituírem em instrumento de inegável valor para o aperfeiçoamento da ação do Estado, em termos de políticas públicas, proporcionando o atendimento a unidades da Federação ou ações de caráter nacional, mereceram nossa atenção especial.

Consideramos meritórias principalmente as emendas de apropriação **das comissões permanentes**, pois se destinam a dar sustentação a ações de relevância para o setor agrícola e agrário, bem como para o desenvolvimento da pesca e aquicultura por meio da geração de bens ou serviços públicos.

Consideramos, por outro lado, que as emendas de remanejamento apresentadas poderiam, em vista dos recursos oferecidos para o cancelamento, prejudicar a programação que pretendíamos atingir ao final de nosso Parecer.

As emendas de bancada estadual permitem o apoio a projetos em regiões com vocação especial para o agronegócio, para projetos de assentamento e reforma agrária e para estímulo à pesca e aquicultura. Constituem-se em recursos públicos destinados a fomentar a produção ou regularizar o abastecimento que impactam positivamente a geração de emprego e renda e fortalecem as pequenas unidades de exploração agrícola, principalmente com ações para facilitar o acesso à terra, à água e à educação.

Assim, essas emendas mereceram nossa especial atenção. Pelo inegável mérito, acolhemos todas, parcialmente, distribuindo os recursos disponíveis de forma equilibrada com a dimensão da agricultura de cada estado, com o volume da sua demanda por produtos agrícolas e com a amplitude política da prioridade atribuída ao setor agrícola pelos senhores parlamentares. Consideramos, também, na referida distribuição, o princípio da redução das desigualdades interregionais. Para isso utilizamos indicadores construídos com informações do IBGE sobre área utilizada com lavouras, população total residente, Produto Interno Bruto per capita e a participação relativa das emendas de bancada apresentadas a esta Área Temática em cada Unidade da Federação.

As **emendas individuais** foram consideradas meritórias em sua totalidade.

5.6 FONTES DE RECURSOS

Na fase que compete a esta Relatoria dispomos do montante de R\$ 1.183.384.217,00 para atender as emendas apresentadas. Foram utilizadas as seguintes fontes de recursos:

- Recursos recebidos do Relator Geral, nos termos dos itens 26.1 e 27.2 do Parecer Preliminar 2010: R\$ 832.634.216,00;
- Recursos cancelados nos termos do Item 31.1, Parte B, do Parecer Preliminar 2010: R\$ 197.117.388,00;
- Recursos cancelados nos termos do Item 31.2, Parte B, do Parecer Preliminar 2010: R\$ 133.090.390,00.
- Recursos cancelados conforme proposto na Emenda de Remanejamento nº 60060007: R\$ 750.000,00.

5.6.1 RECURSOS PARA AS EMENDAS INDIVIDUAIS

O valor total, R\$ 742,5 milhões, que está sendo acrescido à programação desta área por meio das emendas individuais provém de recursos ordinários do Tesouro Nacional (Fonte 100) repassados a esta Relatoria Setorial pelo Relator Geral, conforme previsto no Parecer Preliminar.

5.6.2 RECURSOS PARA AS EMENDAS COLETIVAS

Esta Área Temática contou com um aporte inicial de recursos para atender as emendas coletivas da ordem de R\$ 90.172.066,00. Este valor se revelou insignificante em face do alto volume da demanda de recursos para atendimento das emendas coletivas. Assim, embora tenhamos estudado e reconhecido o mérito dos programas de trabalho apresentados pelos órgãos que compõem esta Área Temática, tivemos que cancelar 14,5% e 4,5% das dotações em GND4 e GND5, respectivamente, nos termos dos itens 31.1 e 31.2 da Parte B do Parecer Preliminar para 2010.

Não fizemos um corte linear, mas seletivo e criterioso. Evitamos o cancelamento nas ações com dotações inferiores a R\$ 2 milhões e, na medida do possível, preservamos as ações com razoáveis índices de execução orçamentária.

6. PARECER ÀS EMENDAS

Verificamos, inicialmente, que, nos termos da Resolução nº 1/2006-CN, as emendas apresentadas a esta Relatoria atendem às normas constitucionais e legais em vigor e são compatíveis e adequadas com a LDO 2010, com o PPA 2008-11 (Lei nº 11.653, de 2008-CN), com a Lei nº 4.320/64, com a Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), e com demais legislações orçamentárias em vigor.

6.1 PARECER EM RELAÇÃO ÀS EMENDAS INDIVIDUAIS

Considerando o que foi exposto, e após minucioso exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e na Subseção V, da Seção VI, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e na Parte 2 do Parecer Preliminar, somos pela aprovação de todas as 805 emendas individuais apreciadas.

6.2 PARECER EM RELAÇÃO ÀS EMENDAS COLETIVAS

Decidimos, após criterioso exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e na Seção VI, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, bem como na Parte 2 do Parecer Preliminar, acolher parcialmente todas as emendas coletivas apresentadas.

Estudamos com interesse a emenda de remanejamento da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Nossa aprovação parcial revela o valor que pode ser suportado pelo MPA em termos do impacto esperado em seu programa de trabalho.

7. RECOMENDAÇÕES À RELATORIA GERAL

Nesta etapa, gostaríamos de contar, mais uma vez, com a elevada sensibilidade do Senhor Relator Geral para as emendas listadas a seguir, que consideramos de fundamental importância para o setor agropecuário e para o desenvolvimento agrário e que, por condicionamentos impostos pela disponibilidade de recursos a esta Relatoria-Setorial, ficaram sem o devido e meritório tratamento:

1. Emenda nº 50100001, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com título “Apoio e Implantação de Infraestrutura Aquícola e Pesqueira”, atendida parcialmente com R\$ 25 milhões;
2. Emenda nº 50100003, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com título “Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário”, atendida parcialmente com R\$ 10 milhões;
3. Emenda nº 60120002, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com título “Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares”, atendida parcialmente com R\$ 13 milhões;
4. Emenda nº 60050001, apresentada pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, com título "Equalização da Taxa de Juros em Financiamentos ao Programa da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional", atendida parcialmente com R\$ 10 milhões;

Gostaríamos, outrossim, de contar com o apoio e a compreensão do Senhor Relator Geral para o pleito apresentado pelo MAPA, no sentido de alocar recursos ao Programa de Garantia de Formação de Preços Mínimos no montante de R\$ 1,5 bilhão.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos parâmetros citados, procuramos trabalhar a proposta de orçamento para 2010 desta Área Temática enfatizando, dentro das limitações desta Relatoria, os programas que agregam mais recursos para pequenos investimentos de base na agricultura, no desenvolvimento agrário e na pesca e aquicultura que possam estimular a produção e organizar ou facilitar o abastecimento alimentar, nos termos de nossa Constituição Federal (Inciso VIII do art. 23). Esses programas são executados por meio de inúmeros projetos que, pontualmente, se revelam como solução para problemas locais ou para a superação de pontos de estrangulamento identificados nas justificações das emendas apresentadas a esta proposta orçamentária. São pequenas somas de recursos, a maioria destinadas a municípios com população até 50 mil habitantes, onde a arrecadação própria representa, em média, apenas 15% da receita total.

Lamentamos, outra vez, a grande redução ocorrida no número das emendas coletivas apresentadas a esta Área Temática nos quatro últimos exercícios. Temos certeza de que isso não revela, de maneira nenhuma, o desinteresse das bancadas e comissões do Congresso Nacional neste setor. Isso é, antes de tudo, um reflexo da rigidez imposta pela Resolução nº 1, de 2006-CN, que privilegia a destinação de recursos para grandes obras, o que não constitui a nossa maior demanda de recursos. A exigência feita às bancadas de apresentar propostas que contemplem apenas aquisição de equipamentos ou projeto com uma só obra, dificulta sobremaneira as possibilidades de emendamento orçamentário nesta Área Temática. E o pior dessa exigência é que a distribuição dos recursos do Relator Geral às Relatorias Setoriais se dá exatamente em função do número de emendas coletivas apresentadas às mesmas.

Por esta razão, do valor distribuído (R\$ 1,4 bilhão) pelo Relator Geral às Relatorias Setoriais, coube à AT IX apenas R\$ 90 milhões, ou seja, menos de 6% do total para atender a 34 emendas coletivas. Para atendê-las, mesmo de forma insuficiente, não tivemos outra alternativa a não ser de efetuar remanejamentos na programação apresentada.

Mesmo em face dessas dificuldades, como resultado da apreciação da parte do Orçamento que cabe a esta Área Temática, apresentamos um substitutivo que amplia a respectiva proposta em cerca de R\$ 833 milhões.

As propostas aprovadas representaram um aumento líquido nas dotações para gastos em outras despesas correntes (GND3) no valor de R\$ 101 milhões e em investimentos (GND 4) da ordem de R\$ 884 milhões.

No trabalho de apreciação do Congresso Nacional à proposta orçamentária desta Área Temática, destacam-se, ainda, os acréscimos líquidos de recursos ao Programa "Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário" (+ R\$ 742 milhões). Destacam-se, também, os programas "Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio" (+ R\$ 48 milhões), "Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais" (+ R\$ 67 milhões), "Desenvolvimento da Agroenergia" (+ R\$ 21 milhões) e "Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar" (+ R\$ 24 milhões).

O recém criado Ministério da Pesca e Aquicultura foi beneficiado com um acréscimo de recursos da ordem de R\$ 192 milhões, destacando-se as alocações adicionais feitas ao Programa "Desenvolvimento Sustentável da Pesca" (+ R\$ 166 milhões).

II - VOTO DO RELATOR

Pelo exposto no presente Parecer, somos pela **aprovação** da proposta orçamentária para o ano 2010 (PLN nº 46, de 2009-CN), no que concerne aos órgãos e entidades albergados pela Área Temática IX (Agricultura e Desenvolvimento Agrário) nos termos apresentados pelo Poder Executivo na forma da **Mensagem Presidencial nº 113, de 2009-CN (nº 686, de 2009, na origem)**, com as alterações decorrentes das emendas que propomos aprovação ou aprovação parcial.

Sala da Comissão Mista, de dezembro de 2009

Deputado NARCIO RODRIGUES
Relator Setorial

ÁREA TEMÁTICA IX
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

ANEXO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS – ÁREA TEMÁTICA IX: AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CONGRESSO NACIONAL - Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização
 PROJETO DE LEI DO ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2010

Orçamento Investimento das Estatais - Em R\$ 1,00

Versão Preliminar

FUNC. PROGRAMÁTICA	TÍTULO/SUBTÍTULO	Seq	RP	Esf	Fonte	Gnd	MA	IU	PL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 22208 CEASAMINAS									
<i>PROGRAMA: 0807 Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio</i>									2.650.000
20.122.0807.4102.0031	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado de Minas Gerais	008476	2	3	495	4	90	0	199.500
Total Funcional:		199.500							
20.122.0807.4105.0031	Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional - No Estado de Minas Gerais	008478	2	3	495	4	90	0	2.350.500
Total Funcional:		2.350.500							
20.126.0807.4103.0031	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de Minas Gerais	008477	2	3	495	4	90	0	100.000
Total Funcional:		100.000							
Total da UO:									2.650.000
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 22209 CASEMG									
<i>PROGRAMA: 0807 Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio</i>									2.375.500
20.122.0807.4102.0031	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado de Minas Gerais	008479	2	3	495	4	90	0	237.550
Total Funcional:		237.550							
20.122.0807.4105.0031	Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional - No Estado de Minas Gerais	008481	2	3	495	4	90	0	1.937.950
Total Funcional:		1.937.950							
20.126.0807.4103.0031	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de Minas Gerais	008480	2	3	495	4	90	0	200.000
Total Funcional:		200.000							
Total da UO:									2.375.500
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 22212 CEAGESP									
<i>PROGRAMA: 0807 Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio</i>									500.000
20.122.0807.4105.0035	Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional - No Estado de São Paulo	008483	2	3	495	4	90	0	300.000
Total Funcional:		300.000							
20.126.0807.4103.0035	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de São Paulo	008482	2	3	495	4	90	0	200.000
Total Funcional:		200.000							
FUNC. PROGRAMÁTICA	TÍTULO/SUBTÍTULO	Seq	RP	Esf	Fonte	Gnd	MA	IU	PL
Total da UO:									500.000
Total									5.525.500